

O POVO CABOCLO NO TERRITÓRIO CONTESTADO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE INVISIBILIZAÇÃO¹

The caboclo people in the contestado territory: an analysis of the invisibilization process

El pueblo caboclo en el territorio contestado: un análisis del proceso de invisibilización

Diane Daniela Gemelli²

Márcia Chmura³

RESUMO

Este trabalho objetiva problematizar sobre a ocorrência do esquecimento do povo caboclo no território conhecido como Contestado, situado entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Buscamos analisar os emaranhados que fizeram com que ocorresse a invisibilização deste povo que sofreu com/e na guerra ocorrida entre os anos de 1912-1916. Na mesma perspectiva, se eleva em nosso estudo um repensar das territorialidades pelas quais compreende-se que no território Contestado o povo caboclo compôs seus modos de ser e de existir, convivendo com o espaço natural; fato este que, posteriormente, com a expansão do capitalismo e em decorrência das ramificações do conflito, provoca a desestruturação deste modo de vida. Em continuidade ao estudo, e tendo como base uma revisão teórica, elencamos a existência da negação das identidades caboclas na atualidade, devido aos inúmeros fatos que desde o conflito continuam a perseguir e a criminalizar, culpabilizando os caboclos e as caboclas pelo desenrolar dos acontecimentos que levaram a ocorrência da Guerra. Concluímos, indicado que a população cabocla não é a culpada pelo estopim do conflito e pela Guerra como um todo, de modo que se faz necessário avançar nos estudos comprometidos com a produção de conhecimento que possa contribuir com a justiça social, isto é, retirar a culpa colocada aos caboclos e às caboclas, que foram vítimas de tamanha injustiça, seja de forma física, epistêmica e/ou discursiva.

Palavras-chaves: Caboclos/Caboclas; territorialidades; culpabilização.

ABSTRACT

This work aims to discuss the occurrence of forgetfulness of the caboclo people in the territory known as Contestado, located between the states of Paraná and Santa Catarina. We seek to analyze the tangles that caused the invisibility of this people who suffered with/and in the war that took place between the years 1912 and 1916. In the same perspective, a rethinking of territorialities arises in our study, through which it is understood that in the Contestado territory the caboclo people

¹ Este artigo resulta das reflexões realizadas no projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”, financiado pela Fundação Araucária por meio do Edital: CP 20/2018 PPP - Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores Programa Primeiros Projetos – PPP (Convênio CNPq/Fundação Araucária), Chamada Pública 20/2018, e firmado no Convênio 058/2020 - FA/Unespar; e no projeto de pesquisa “Dinâmicas territoriais no Contestado: terra, trabalho e ambiente”.

² Professora Ajudante do Curso de Licenciatura em Geografia da Unespar - Campus de União da Vitória e pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”. E-mail: daianegemelli@yahoo.com.br

³ Estudante do quarto ano do Curso de Licenciatura em Geografia na Unespar - Campus de União da Vitória e bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “A formação territorial do Contestado: processos, conflitos e resistências”. E-mail: marciachmura@gmail.com

formed their ways of being and existing, living with the natural space; a fact that, later, with the capitalism expansion and as a result of the conflict ramifications, causes the disruption of this way of life. In continuity to the study, and considering the theoretical review, we list the existence of denial of caboclo identities today, due to the numerous facts that, since the conflict continue to persecute and criminalize, blaming caboclos and caboclas for the unfolding of events that led to the war occurrence. We conclude, indicating that the caboclo population is not to blame for the triggering of the conflict and the war as a whole, so that it is necessary to advance in studies committed to the knowledge production that can contribute to social justice, that is, to remove the blame placed on caboclos and caboclas, who were victims of such injustice, whether physically, epistemically and/or discursively.

Keywords: Caboclos/Caboclas; territorialities; blame.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo discutir la ocurrencia del olvido del pueblo caboclo en el territorio conocido como Contestado, ubicado entre los estados de Paraná y Santa Catarina. Buscamos analizar los enredos que provocaron la invisibilidad de este pueblo que sufrió con/y en la guerra que se desarrolló entre los años 1912 y 1916. En la misma perspectiva, surge en nuestro estudio un replanteamiento de las territorialidades, por las que se entiende que en el Territorio Contestado el pueblo caboclo componía sus formas de ser y existir, conviviendo con el espacio natural; hecho que, posteriormente, con la expansión del capitalismo y como consecuencia de las ramificaciones del conflicto, provoca la ruptura de esta forma de vida. Continuando con el estudio, y con base en una revisión teórica, enumeramos la existencia de negación de identidades caboclos en la actualidad, debido a los numerosos hechos que desde el conflicto continúan persiguiendo y criminalizando, culpabilizando a caboclos y caboclas por el desarrollo de los hechos que llevaron a la comienzo de la guerra. Concluimos indicando que la población caboclo no tiene la culpa del desencadenamiento del conflicto y de la Guerra en su conjunto, por lo que es necesario avanzar en estudios comprometidos con la producción de conocimiento que pueda contribuir a la justicia social, es decir, quitar la culpabilidad a los caboclos y caboclas, quienes fueron víctimas de tal injusticia, ya sea física, epistémica y/o discursivamente.

Palabras clave: Caboclos/Caboclas; territorialidades; culpa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões iniciais a respeito do processo de invisibilização do povo caboclo no Contestado. Para tanto, nos valem das contribuições tecidas por autores de diferentes áreas do saber que analisam e trazem considerações sobre a temática da Guerra do Contestado (1912-1916). No entanto, reforçamos que nossa leitura se dá a partir da ciência geográfica, apresentando um esforço no entendimento dos fatos, ações e discursos que se refletem na conformação do território. A Guerra do Contestado teve sua ocorrência entre os estados do Paraná e de Santa Catarina. Foi um conflito onde morreram, sobretudo,

caboclos/caboclas que habitavam o território no qual teciam suas práticas socioeconômicas e socioculturais.

O conflito resultou em milhares de mortes entre soldados do exército brasileiro e Caboclos, porém apenas as mortes dos oficiais com patentes elevadas tiveram um funeral digno e humano, isso devido ao preconceito com que se tinha e ainda têm em relação aos Caboclos, por vezes tratados como ignorantes e simples fanáticos religiosos, também o preconceito pelos soldados de baixo escalão do exército, esses na grande maioria negros ou povos caboclos de outras partes do Brasil (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017, p. 155-156).

Com a imposição de um enredo sobre a Guerra por parte da história oficial, é preciso sinalizar que existiu, no período do conflito, um processo de negação quanto à existência de grupos sociais no espaço litigado, por vezes, referindo-se ao território como sendo um vazio de gentes. Ou, ainda, quando se reconheceu que se tratava de um espaço habitado, construiu-se uma narrativa carregada de estereótipos que até a atualidade julga a população cabocla por sua forma de ser, de existir, de trabalhar, de se relacionar com a natureza, e, com esse enredo, ainda na atualidade, existe um pré-julgamento que culpabiliza/criminaliza/invisibiliza/esquece e continua a negar a existência do povo caboclo.

Caboclos e caboclas, que para o interesse nacional de introdução do capitalismo representavam o atraso por seu vínculo com a terra-floresta, pelos elementos socioculturais do trabalho e de vida, a crença em São João Maria e principalmente por ocuparem terras de importância estratégica para a implantação do projeto de exploração da floresta nativa. Nesse contexto, era/foi preciso eliminar a população cabocla e isso aconteceu negando sua existência, referindo-se às terras como vazio demográfico e seus “poucos” habitantes, como fanáticos religiosos (GEMELLI, 2018, p. 122).

O conflito possui inúmeros indicativos para sua deflagração. Mas, a causa mais condizente é que foi um conflito por terra-território onde morreram inúmeras pessoas que compunham suas vidas e suas territorialidades naquele chão contestado. Ao afirmar que a contenda aconteceu por terra-território, compreende-se o fato de a terra ser condição de existência social para a população cabocla que compunha sua existência naquele território e que vê suas territorialidades sendo desagregadas enquanto desdobramento da construção da ferrovia, símbolo da expansão do capitalismo e da apropriação privada da natureza (terra-floresta) revestida por um processo de pilhagem e, portanto, de intensa degradação social e da natureza. Com isso, indicamos que a negação ao acesso à natureza para o povo caboclo acarreta num ajuntamento de problemáticas que

se manifestam territorialmente até a atualidade, trata-se, sobremaneira, das condições de vida, de trabalho e de existência social da população pobre e trabalhadora que vive no Contestado.

De antemão é viável a colocação de que não faremos um apanhado geral sobre o conflito, mas, sim, um repensar das ramificações da Guerra, como é o caso do esquecimento/invisibilização/culpabilização do povo caboclo no território Contestado. Por ter participado do combate de forma a defender a própria vida, a terra e o território, a população cabocla foi intencionalmente esquecida e passou a carregar uma culpa que não lhes cabia e que foi orquestrada por um processo político-econômico de construção do território, que denotou numa organização armada financiada e organizada pelo Estado, capital estrangeiro, coronéis locais, polícia e Exército brasileiro.

Ainda faremos um breve panorama acerca das territorialidades e da possível negação da ascendência cabocla articulada aos processos históricos, construções discursivas e à formação territorial do Contestado. Assim, entendemos que houve um processo de criminalização da população cabocla por parte da história oficial que alude o caboclo e a cabocla como culpados pela ocorrência guerra.

Passados quase cento e dez anos do conflito, o silêncio ecoa

Repensar a temática da Guerra do Contestado, passados quase cento e dez anos de seu início, é algo tomado de desafios e complexidades devido aos elementos que ainda cerceiam este conflito em nossos dias, sendo o silenciamento imposto ao povo caboclo um importante elemento a ser problematizado.

O Contestado e sua complexidade espacial e social foram silenciados pela república repressora e vencedora. A bandeira rompe a invisibilidade imposta, mas os caboclos continuam calados pela óptica da cordialidade da historiografia oficial brasileira, pois a memória nacional (a oficial pelo menos) não os vê. Os caboclos do Contestado continuam envoltos nas brumas do silêncio sepulcral que cobriu seu território com seu próprio sangue (FRAGA, 2011, p. 71).

Diante o exposto, a ocorrência da Guerra foi determinante para o reordenamento territorial que passa a ser marcado por relações de ordem hegemônica. Para tanto, a população cabocla foi violentamente “despejada” de seu território, acarretando na destruição, não apenas do modo de vida, mas da própria vida, durante um conflito desproporcional em termos de artilharia, força e armas utilizadas.

Como nos aponta Fraga (2016, p. 36) “A guerra do Contestado teve início em 1912. Nesta guerra, a luta foi desigual, os soldados, bem armados, enfrentaram os sertanejos que se defendiam com armas rústica (inclusive espadas construídas em madeira)”.

A guerra oficial ocorreu entre 1912 a 1916, e foi marcada pela forte resistência dos Caboclos, sendo que esse povo até nos dias atuais recebe o fruto do preconceito emanado e meticulosamente arquitetado para o aquietar, para que não cobre do Estado o que é seu de direito, fazendo-os sentirem como inferiores e causadores de uma guerra, mesmo eles sendo vítimas. Vítimas do capital e vítimas de um Estado (FRAGA; GONÇALVES; CAVATORTA, 2017, p. 145).

Perante esta ótica, constatamos que existe certo esquecimento/silenciamento da população que teve participação no conflito. Desse modo, afirmamos que é preciso que as pessoas, a comunidade em geral e a população que vive no Contestado entendam a essência dos processos que aconteceram, bem como a necessidade em identificar quem foram os sujeitos envolvidos, quais foram e de que maneira participaram do conflito. Isso é importante para que nos dias de hoje possamos compreender os desdobramentos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que se manifestam territorialmente como consequência da Guerra.

Nesse ínterim, é fundamental um repensar e quem sabe um refazer desta história, superando essas barreiras criadas e impostas por repressores e pela narrativa hegemônica construída pela história oficial. Assim, acreditamos que se faz premente construir um novo enredo, a partir da ótica dos vencidos, a população cabocla.

Ao mencionar o caboclo e a cabocla vale a ressalva de que habitavam um território (conhecido como Contestado) situado na fronteira entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, na condição de posseiros e compunham naquele território suas territorialidades, ou seja, seus modos de vida. Povo simples, humilde e trabalhador que junto à natureza construía suas vidas.

Desse modo, o processo de invisibilização e negação da própria existência do povo caboclo, ocorre, primordialmente, como consequência de um conflito por terra-território que se estabelece entre duas lógicas distintas de relação com a natureza e com a terra, uma marcada pelas territorialidades do povo caboclo que lutou para permanecer na terra que vivia, trabalhava e mantinha suas relações socioculturais etc., e outra, caracterizada por territorialidades do capital que objetivavam nivelar as relações por meio da apropriação privada da terra. Entender esses fatos requer a análise da complexidade dos processos sociais que se estabeleceram territorialmente, devido a construção de uma ferrovia por uma empresa estrangeira que trouxe com a instalação dos

trilhos do trem a expansão geográfica do capital que muda a configuração social e a organização do território.

O Planalto Catarinense - palco da Guerra do Contestado – foi espaço de encontro de diversos grupos étnicos: caboclos, indígenas, negros, italianos, poloneses, alemães, etc. A guerra colocou frente a frente a população cabocla da região e as elites locais associadas ao projeto de modernização do Estado: construção da ferrovia e redistribuição das terras estatais para a colonização. Não havia espaço para o caboclo nesse projeto, o qual, paulatinamente, no início do século XX, foi esbulhado das terras nas quais vivia a gerações (MORAIS e GUDAS, 2021, p. 92).

Não havia espaço neste projeto para a população cabocla, pois para os caboclos e as caboclas o uso da terra era organizado coletivamente e não de forma privada, como nos aponta Gross (2020, p. 278-279):

O uso da terra realizado pelos posseiros/caboclos tinha caráter coletivo, não tinham o costume de cercar as áreas que ocupavam e a criação de animais também se dava assim, criavam porcos soltos sob os pinheirais (Id., 2006), além da extração da erva-mate, vegetação associada à mata de araucária.

Ao trazer os elementos constitutivos da forma como se organizavam, ou seja, pela criação de animais a solta, o trabalho que se fundava na retirada da erva mate ou ainda no puxirão e na troca de dias de serviço, bem como os diversos aspectos que indicam a relação intrínseca com a natureza, compreendemos as razões pelas quais foi criado um discurso para julgar como atrasada essa forma de existir. Isto posto, este modo de vida precisava ser superado/extinto para que fosse possível implantar o desenvolvimento capitalista, isto é, o modo de vida da população cabocla era um empecilho a ser removido para se implantar com mais voracidade o projeto de dominação capitalista.

O modo de vida do homem pobre do planalto dependia primeiramente do apossamento da terra. Na sua posse construía seu rancho com as próprias mãos e com a madeira do entorno. Nos fundos constituía uma pequena roça cabocla, com variadas culturas, o que lhe assegurava certa porção de alimento durante praticamente todo o ano, juntamente com algumas espécies de árvores frutíferas que, ao lado do pinhão no inverno, suplementavam sua alimentação. Criava alguns pequenos animais – galinhas e porcos principalmente – mais algum cachorro de estimação para ajudar na calçada. Conservava uma arma, se possível um rifle winchester, para caça abundante e a proteção de sua posse, de sua honra e de sua vida. A partir do mês de junho começava a fazer erva, ou seja, coletar a erva mate do erval nativo disponível mais próximo. Tanto o pouco que sobrava de sua roça, quanto a erva extraída, eram negociados – através de troca – com os bodegueiros da localidade ou com os tropeiros que cortavam a região. O objetivo era adquirir produtos essenciais: sal, para conservar a carne; pólvora para ativar

o rifle; querosene para iluminar o rancho e cachaça para aquecer a alma (TOMPOROSKI, 2012, p. 71).

Portanto, vemos que essa população não possuía riquezas, eram trabalhadores que conseguiam o necessário para garantir a existência de si e dos seus familiares por meio do trabalho na terra-floresta, da criação de animais que serviam de base para alimentação e das trocas que estabeleciam com outros sujeitos sociais indispensáveis para adquirir aquilo que não conseguiam produzir.

Para Gross (2020, p. 294) “O povo caboclo de Santa Catarina sempre foi negado, rejeitado enquanto um povo do estado e ao resistir bravamente durante a Guerra do Contestado, ele foi invisibilizado”. Ainda para Gross (2020, p. 283) “Caboclo a priori é o nome dado à população resultante da miscigenação entre europeus e indígenas”.

Para que o ser caboclo/cabocla seja mais bem interpretado e compreendido Fraga (2016, p. 38) nos coloca que:

[...] O Caboclo/Cabocla, como termo e como Ser(es), deve ser compreendido como uma identidade de origem camponesa que se constituiu a partir da mestiçagem étnico-raciais entre europeus (espanhóis e portugueses), negros e indígenas. Dessa forma, (o) Ser Caboclo/Cabocla na região do Contestado é um estado de espírito, uma herança secular dos habitantes mais originais, podendo ser representado pela forma de falar, de pensar o mundo, de dividir a comida com o próximo, do reconhecimento da figura do Monge João Maria, no aquecer o corpo com uma cuia de chimarrão, no degustar uma quirera com carne de porco, no pinhão assado na chapa ou na grimpa. Ser caboclo ou cabocla no Contestado é viver sobre o modo de vida herdado dos antepassados regionais e manter viva a chama da justiça e da bondade, algo tão característico do povo simples contestadense.

Através dessa reflexão, dos modos de ser e existir da população cabocla, vemos o quão traduzida em valores são suas identidades. Desse modo, é fundamental o autorreconhecimento em ser caboclo/cabocla por parte dos ascendentes daqueles que lutaram e morreram durante o conflito e, principalmente, a permanência dos saberes, técnicas e costumes. Entretanto, é importante ressaltar que com o passar dos anos a sociedade modifica as técnicas de atuação e de organização, ou seja, os modos de vida também são alterados/modificados/ressignificados. Isso é condição do próprio movimento da sociedade, diferente daquilo que aconteceu no período que antecede à Guerra quando houve a negação do modo de vida caboclo ao impossibilitá-los de viver na terra.

Verificamos na atualidade um lento, porém importante avanço no que se refere a quebra dessa invisibilização e esquecimento do povo caboclo. Vemos que a realização de debates, eventos,

palestras etc., contribuem para quebrar o silêncio. Por conseguinte, nos apresenta Richter (2013, p. 4):

O silêncio por parte do governo durante décadas a respeito do Contestado seria quebrado por ações que buscariam não só enaltecer os sertanejos, ou caboclos, numa total mudança de postura, mas também estabelecer uma série de elementos que solidificassem uma memória dos acontecimentos, além de criar e manter legados ou patrimônios na forma de datas comemorativas, símbolos e locais de apresentação ou exposição do tema Contestado.

Desse modo, no que se refere a essa quebra do silêncio, existem, por exemplo, Associações com o propósito de manter viva a história do Contestado. Dentre elas, citamos, a Associação Cabocla Filhos do Contestado, do município de Timbó Grande e a Associação Cultural Coração do Contestado, do município de Lebon Régis. Ainda na mesma perspectiva é notório ressaltar as celebrações, encontros, caminhadas, festas, entre outras atividades, que são promovidas por estas entidades, deixando o Contestado vivo, lembrado, estudado e entendido.

Nessa perspectiva, avaliamos que é preciso construir outras leituras sobre o conflito, que desde baixo e junto/com o povo caboclo retire-os do esquecimento e lhes absolva da culpa intencionalmente atribuída a eles pela ocorrência do conflito. São importantes esses esclarecimentos para toda a sociedade, sendo por meio de palestras, eventos, atividades acadêmicas e culturais que façam do Contestado um debate constante nas escolas, universidades, associações, sindicatos, movimentos sociais, bem como no cotidiano das pessoas que vivem na região.

Existe certa necessidade em fazer do Contestado um assunto permanente, sobretudo, nas escolas e a partir dos diferentes campos do saber, valendo-se de metodologias de ensino que possibilitem um saber crítico, deixando esclarecido para as gerações futuras um novo pensar e um novo entender sobre o conflito, com base num raciocínio posicionado e coerente com a realidade dos fatos. Desse modo, também é plausível citar a importância das pesquisas de caráter científico e de ações de extensão produzidas em Universidades, Institutos Federais e Escolas.

Por conseguinte, verifica-se maiores discussões sobre a Guerra do Contestado no estado de Santa Catarina, tendo inclusive a aprovação da Lei nº. 12.143, de 05 de abril de 2002, que institui a Semana do Contestado no estado, que deve acontecer anualmente entre os dias 20 e 27 de outubro, por meio de debates e conferências na rede escolar pública e particular, além de comemorações cívicas e históricas. Alguns municípios catarinenses também aprovaram leis municipais que buscam garantir o debate acerca do Contestado. Em contrapartida, notamos que o

Paraná caminha a passos lentos, com poucas discussões, eventos e palestras, de modo que ainda não se reconhece a centralidade do Contestado no processo de formação territorial deste estado.

No lado paranaense, o Contestado e sua complexidade se mantiveram e se mantêm escondidos, e são pouco difundidos, na formação cultural do Estado. A Guerra do Contestado não é “trabalhada” pelo Estado como elemento cultural identificador de pertencimento, apenas em raros casos pela Secretaria de Cultura. A educação no Estado não explicita o tema como política educacional e formadora (FRAGA; LUDKA, 2012, p. 10).

Apenas em 2021, quase vinte anos após a existência da lei que instituiu a Semana do Contestado em Santa Catarina, o estado do Paraná avança no que se refere a efetivação de uma política de reconhecimento sobre a importância do Contestado, através da aprovação da Lei Estadual nº. 20.507 de autoria do deputado Tadeu Veneri (PT), que estabelece na última semana de outubro a realização de eventos e atividades relativas à temática do Contestado nas escolas e universidades, envolvendo a comunidade em geral.

Por isso, é preciso e urgente a difusão das informações, do debate e do conhecimento que envolve a complexidade do Contestado enquanto elemento da formação territorial e identitária, especialmente do Paraná e de Santa Catarina. Essas iniciativas contribuem para demarcar as injustiças que se estabeleceram ao longo do tempo, fazendo com que o caboclo/a cabocla tenham orgulho de seus antepassados e não fiquem invisibilizados e esquecidos, e que o Contestado se torne mais presente nas escolas, servindo para a formação crítica e reflexiva dos estudantes, pois a população que vive no Contestado precisa se apropriar dessa história que é sua, inclusive, para que possam viver com dignidade.

Território – territorialidades e a natureza degradada

Para melhor entendimento da organização do território na época de ocorrência da Guerra do Contestado, colocamos como importante pontuar alguns elementos sobre os conceitos de território e territorialidade, para que sejam analisados no contexto da Guerra e pensados nessa perspectiva.

Antes mesmo de explicar as significações do conceito de território, é importante destacar que o conceito é algo recente nas ciências humanas, mas que vem se intensificando nas últimas décadas (NETO, 2021).

Para Fraga e Ludka (2012, p. 7) o espaço é relativo como o tempo, “no espaço do Contestado se tem uma ordem de coexistências, assim como o tempo na formação regional foi marcado por uma ordem de sucessões, mas tais ordens existem juntas, nas coisas em si, considerando que o tempo é local”.

O território segundo Haesbaert e Porto-Gonçalves (2006, p. 13) “é, sempre, também abrigo e proteção”, sendo assim, os caboclos/as caboclas que estavam na configuração daquele território contestado, compunham suas vidas, suas lógicas de trabalho e suas identidades a partir do pertencimento territorial.

Ainda sobre o conceito de território, Haesbaert (2007, p. 20-21) adverte que, “diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação”.

Para Gemelli e Chmura (2021, p. 301) “o território é condição e imperativo para a existência social, ao mesmo tempo em que é produzido e transformado por relações sociais de poder”. Contudo, se coloca o território na condição de produto e resultado, sendo que do mesmo modo que é lócus para que aconteça a vida é resultado dessa apropriação e das relações que se constroem temporalmente.

Para Neto (2021 p. 219), “o território é resultante de um processo social que implica a relação entre agentes sociais e espaços de apropriação e/ou domínio, sendo uma de-marcação política do espaço”.

Por conseguinte, no Contestado, o caboclo/a cabocla viviam no território cujas relações de trabalho e de viver socialmente estavam pautadas em um pertencimento a uma organização social e ao território onde se estabeleciam as territorialidades.

Territorialidade, é outro conceito que merece um olhar analítico para que se compreenda a estrutura territorial e temporal da época da Guerra. Trata-se, pois, de se pensar a territorialidade a partir do conceito de território, como elemento constituinte.

As territorialidades e, portanto, o território se explica por aquilo que contêm, ou seja, por um conjunto de relações marcadas pelo valor de uso ou pelo valor de troca, por processos de apropriação ou de dominação, pela condição de existência social ou como recurso para a acumulação de capital (GEMELLI; CHMURA, 2021, p. 305).

A territorialidade é relativa aos modos de vida, as identidades construídas ao longo do tempo por determinado grupo de pessoas, que no caso destes escritos concerne as formas de ser e de existir do ser caboclo/cabocla, que de modo valorativo construía suas histórias em território Contestado.

Colocar o caboclo/a cabocla em perspectiva se torna considerável para entender o conceito de territorialidade e analisar o que deixaram, o que perderam antes-durante e no pós-guerra. Assim, ao passo que se entende que o território e as territorialidades se estabelecem num contexto de

disputas, compreendemos a manifestação hegemônica do poder que resultou na deflagração do conflito a partir das diferentes formas de apropriação da natureza.

A natureza, na perspectiva da apropriação humana, denota na construção de identidades e assim se estabelecem inúmeros vínculos com o território, indispensáveis à efetivação das territorialidades de maneira valorativa na perspectiva dos valores de uso e que, portanto, se opõe a concepção de natureza sob a lógica capitalista (valor de troca). Nessa perspectiva, Gemelli e Chmura (2021, p. 307) nos põe que, “o modo de vida, a sociabilidade, a existência e, portanto, a territorialidade de caboclos e caboclas dependia da natureza, isto é, da floresta em pé e de tudo aquilo que poderia fornecer”.

A configuração da natureza no período que antecede a Guerra do Contestado não é a mesma que se avista atualmente no território Contestado, pois existiam florestas de araucárias, erva mate, imbuia entre outras espécies que compõe a Floresta Ombrófila Mista, e que não se avistam mais em grande escala. Ao longo do século XX se observou um processo de pilhagem da natureza que teve início no período que antecede a Guerra do Contestado com a entrada do capital e se intensificou no pós-guerra a partir dos processos de apropriação da terra-território.

Passado um século do término oficial da Guerra do Contestado, os municípios que hoje compõem o que foi o palco da guerra, território disputado entre Paraná e Santa Catarina, pela Lumber e por caboclos e caboclas, convivem com aquilo, que em nossa leitura, é resultado do processo histórico de expansão do capital. Decurso que apresentou sua grandiosidade na chegada dos trilhos do trem, mas que ao longo dos últimos cem anos têm se sustentado no potencial mercadológico, destrutivo e excludente da madeira nativa e no saqueamento da Floresta das Araucárias, e a partir da década de 1970, sobretudo na monocultura do pinus (GEMELLI, 2018, p. 43).

Essa ponderação sobre a monocultura do pinus é imprescindível para entendermos melhor as ramificações que provêm do sistema capitalista e que se sustentam na propriedade privada, nas desigualdades e na busca pela homogeneização da paisagem, uma vez que a monocultura nega a diversidade, seja do ponto de vista da natureza natural ou mesmo da natureza produzida por diferentes práticas produtivas. A monocultura de pinus ocupa os espaços de produção de alimentos e de manifestação da vida das populações que vivem do trabalho na terra. Ao mesmo tempo, essa monocultura destrói o solo e desertifica, dificultando a reorganização produtiva que não seja baseada na sucessão das florestas artificiais.

Entendemos que essa característica da dinâmica produtiva é mais um elemento que contribui para a invisibilização da população da cabocla, à medida que impede a reprodução das

suas territorialidades e impõe uma lógica de organização do território e das relações de trabalho que não condiz com a sociabilidade do povo caboclo.

Breve revisar teórico das narrativas construídas acerca do povo caboclo no Contestado

Ao fazer uma releitura de como os caboclos e as caboclas foram considerados durante e após o conflito, vemos que os componentes depreciativos tiveram centralidade ao promover um sentimento de vergonha que foi carregado por esse povo, não somente no período da guerra, mas que permanece na atualidade. Isso consistiu numa estratégia do próprio Estado para colocar tal população na condição de perigosos e inimigos da nação, enquanto mecanismo para evitar futuros ajuntamentos/revoltas sociais com o mesmo cunho.

No caso do Contestado, o Estado não apostou no seu esquecimento para dissipar a ameaça que representou ao regime republicano e sim na construção de uma memória desfavorável ao movimento, fazendo com que fosse lembrado como uma ameaça à sociedade contemporânea. Desta forma, os chamados fanáticos deveriam ser transformados em inimigos da nação, por meio da construção que de uma memória que, partindo do Estado, criminaliza o movimento (FIGUEIREDO, 2016, p. 20).

Considerando as contribuições tecidas por Rocha (2021, p. 61), percebe-se a maneira como esse povo fora reconhecido/retratado pela história oficial escrita, sobretudo, pelos representantes do Exército brasileiro e por políticos:

A documentação apresenta os integrantes do movimento como “jagunços, rebeldes, bandidos, fanáticos religiosos”, entre outros termos, usados como elementos de identificação e replicados pela imprensa ao narrar os acontecimentos da guerra. Esses termos eram usados em pronunciamentos oficiais de militares e de políticos, até a própria justiça em inquéritos e processos-crimes utilizava essas expressões carregadas de estereótipos. A imagem dos rebeldes do Contestado foi construída sob esses termos que reforçavam elementos negativos no grupo associando-os à criminalidade e à ignorância.

Ao contemplar a passagem de quase 110 anos de início do conflito, entendemos as consequências que surgiram após o genocídio. Dentre as muitas ramificações que se manifestam na atualidade, destacamos as condições de vida e de trabalho da população e a negação às territorialidades caboclas, além disso, indicamos que as narrativas hegemônicas construídas refletem num processo que ao longo do tempo têm gerado o não reconhecimento da população como pertencente ao povo caboclo.

O povo caboclo no território contestado: uma análise do processo de invisibilização
Diane Daniela Gemelli; Márcia Chmura

A imagem de desqualificação e criminalização é observada tanto na desprezível figura do caboclo, como o jagunço fora da lei e contra a ordem vigente. Escutamos, durante a viagem de campo, que, na região do Contestado, vive uma população com “baixa autoestima” e que falar sobre a Guerra ainda é “um assunto que não se fala” (DUARTE; RODRIGUES, 2019, p. 116).

O não falar da Guerra pode significar o esquecimento dos acontecimentos e a perpetuação da culpabilização e invisibilização do povo caboclo, pois, ao passo que não se fala, que se torna um assunto tabu, as memórias também vão sendo apagadas. Deste modo, “é preciso considerar a memória em um processo de disputa entre classes sociais, envolvendo valores, culturas, sentimentos e interesse de classe” (FIGUEIREDO, 2016, p. 20).

Nesse contexto, a construção de determinadas memórias sobre o Contestado tende a reforçar as narrativas hegemônicas, ao mesmo tempo que pode ser um efeito destes discursos construídos, ou seja, o não falar, tende, ao longo do tempo, a provocar o enfraquecimento de uma memória coletiva que pode representar a não apropriação do conflito ocorrido por parte da população que vive no Contestado e mesmo o não se reconhecer enquanto ascendente do povo caboclo.

A história oficial refere-se à população cabocla utilizando-se de adjetivos que os qualificam enquanto atrasados, ignorantes, ingênuos, fanáticos e jagunços. Na atualidade é comum que a população do Contestado denomine o ocorrido naquelas terras como “Guerra dos Jagunços”, tamanho o processo/discurso de culpabilização aos caboclos e às caboclas orquestrado pela história oficial e pela maior parte dos militares que participaram de expedições da Guerra e depois deixaram escritos (GEMELLI, 2018, p. 60-61).

Existem poucos escritos para que possamos afirmar a existência da negação quanto a origem/ascendência por parte dos caboclos/caboclas, mas entendemos que o silêncio, o não falar da Guerra é um elemento que contribui para o esquecimento de tudo o que aconteceu e para o fortalecimento das narrativas hegemônicas.

Entretanto, a existência social é marcada por relações contraditórias, de modo que:

Mesmo vencido na guerra, mesmo abafado e negado pelo Estado e pela história oficial da época, o caboclo vive. O branqueamento da pele pode ter ocorrido, mas a cultura cabocla persiste, resiste e se faz presente no modo de se alimentar, na religiosidade, na identidade do povo do Contestado. O processo de miscigenação cultural (além da étnica) permaneceu no pós-guerra e é um processo contínuo, mesmo com a negação forçada da identidade cabocla por parte de muitos sujeitos, que traumatizados com o resultado da guerra tinham medo de afirmarem-se caboclos, esse movimento é quase que inconsciente, mas se realiza. Pode ser claramente e mais facilmente observado em relação aos hábitos alimentares, ao sotaque e dialetos locais, a religiosidade, crenças, enfim,

o que se torna importante refletir é que por mais massacrado que tenha sido esse povo, sua presença e seus saberes permanecem (MACHADO, 2017, p. 165).

Diante do exposto, advém as reflexões sobre as resistências, ainda que tênues, tecidas no desenrolar da vida e no cotidiano da população que vive no Contestado. Desse modo, há um paradoxo, ao mesmo tempo em que se manifestam as narrativas hegemônicas que provocam um processo de invisibilização/esquecimento/negação do ser caboclo/cabocla, há no cotidiano da vida, elementos que reforçam as territorialidades caboclas. Assim, nos aponta Machado (2017, p. 165).

Mesmo vencido na guerra, mesmo abafado e negado pelo Estado e pela história oficial da época, o caboclo vive. O branqueamento da pele pode ter ocorrido, mas a cultura cabocla persiste, resiste e se faz presente no modo de se alimentar, na religiosidade, na identidade do povo do Contestado. O processo de miscigenação cultural (além da étnica) permaneceu no pós-guerra e é um processo contínuo, mesmo com a negação forçada da identidade cabocla por parte de muitos sujeitos, que traumatizados com o resultado da guerra tinham medo de afirmarem-se caboclos, esse movimento é quase que inconsciente, mas se realiza.

Obviamente que com o passar dos anos, das gerações, existem mudanças significativas não somente no tempo como também no espaço e, por conseguinte, na manifestação das relações sociais. O espaço humanizado modifica as territorialidades, os costumes, os modos de vida, as estruturas territoriais e a realidade vivida, assim “os fenômenos se expressam dialeticamente. O Contestado vai se conformando, configurando e desenhando, num devir temporal e espacial através das contradições entre lógicas e racionalidades econômicas, concepções trabalho, capital e modo de vida” (GEMELLI, 2017, p. 79).

Por conseguinte, nota-se que o que permanece, mesmo com o passar dos anos, são as essências, a realidade em movimento, observadas no Contestado, sobretudo, “em relação aos hábitos alimentares, ao sotaque e dialetos locais, a religiosidade, crenças, enfim, o que se torna importante refletir é que por mais massacrado que tenha sido esse povo, sua presença e seus saberes permanecem”, de modo que “o conteúdo destes saberes é fruto de uma construção histórica” (MACHADO, 2017, p. 165).

Um elemento que exemplifica o que entendemos por essência, está relacionado a religiosidade, pois se retomarmos os escritos de Fraga (2006), Gemelli (2018), entre tantos outros autores, percebemos que existiram por terras Contestadas as figuras de, pelo menos, três monges que para a população cabocla se confundem num só, o conhecido Monge João Maria. A história é

longa e seus feitos também, mas neste trabalho gostaríamos de mencionar como a fé no Monge perdura desde aquela época até nossos dias, sendo que podemos considerar essa fé como um ato de resistência e de permanência das territorialidades caboclas. Ao mesmo tempo, a crença no Monge foi/é mais um elemento que provocou a criminalização do povo caboclo em torno do fanatismo religioso.

O termo “jagunço”, com todo o seu significado depreciativo, ligado ao banditismo, é utilizado indistintamente na região para a denominação dos rebeldes. Até mesmo descendentes de moradores dos redutos e de chefias rebeldes reproduzem essa linguagem desqualificadora, utilizando os termos “jagunço” e “fanático”, como sinônimos dos seguidores de José Maria (MACHADO, 2011, p. 180).

Outra forma de provocar a invisibilização é destruir/abandonar/depredar o patrimônio material e imaterial existente no Contestado. Desse modo, nos advertem Matias, Valentini e Campos (2017, p. 172):

Na região do Contestado, não foi só o tempo que destruiu os testemunhos, existem diversas formas de se destruir um patrimônio, como negá-lo, por exemplo, ou deixá-lo no ostracismo. Enfim, a pergunta é sobre o interesse em salvaguardar o que ainda resta desse patrimônio, envolvendo principalmente a cultura material e imaterial dos caboclos moradores dessa região.

Para tanto, é preciso consolidar diversas práticas formativas, artísticas e culturais que objetivem socializar o conhecimento sobre os diferentes elementos, processos e conteúdos que constituem a essência do Contestado. Acreditamos que essas ações devem se fazer presentes nos diferentes espaços formativos, mas devem ser ancoradas nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou trazer alguns elementos daquilo que consideramos como o esquecimento/invisibilização da população cabocla, que decorre das narrativas construídas sobre a Guerra do Contestado (1912-1916).

A partir do aporte teórico de Gross (2020) que nos afirma que sempre existiu o negacionismo/esquecimento da população cabocla no estado de Santa Catarina, compreendemos que também no lado paranaense esse processo é marcado pelo silêncio existente no que diz respeito ao debate sobre o Contestado.

Espera-se que isso possa ser rompido com a aprovação da Lei que institui a Semana do Contestado no Paraná, de todo modo, asseveramos que embora a existência da Lei represente uma

ação importante, é preciso que a sociedade se envolva, que as escolas, professores, estudantes e a comunidade promovam debates, no sentido de compreender a centralidade do Contestado para a formação territorial paranaense e para, em certa medida, corrigir as injustiças historicamente provocadas e que marcam a existência da população cabocla. Assim, espera-se que a instituição da lei que trata da Semana do Contestado no Paraná represente novos horizontes, contribuindo com a construção das resistências no Contestado paranaense.

Destacamos que o esquecimento e o não falar sobre o Contestado é, primordialmente, existente, devido ao enredo posto à sociedade pelos escritos oficiais, oriundos, do Estado e do Exército brasileiro. Uma história que aos poucos vem sendo reconstruída e recontada por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas por escolas, universidades e profissionais preocupados e comprometidos com a necessidade de não culpar o caboclo/a cabocla indevida e injustamente.

Em continuidade ao nosso trabalho buscamos a compreensão dos conceitos de território-territorialidades, para que se possa pensar com maior clareza nos elementos da formação socioespacial que nos remete ao Território Contestado. Nesse ínterim, verifica-se que o território condiz mais arbitrariamente ao que se refere ao espaço de terra, ao poder exercido para com aquele espaço, como nos adverte Haesbaert (2007) o território é o que podemos considerar como poder de pertencimento, bem como também de simbolismos, compondo, sobretudo, a apropriação.

Quanto as considerações acerca do que compreendemos por territorialidades, convém lembrar das vivências, das identidades. Assim, nos repreendem Gemelli e Chmura (2021) que as territorialidades vinculadas à apropriação, ou ainda à dominação do território, são construídas, sobretudo, a partir dos elementos constitutivos das relações sociais e do capital.

Posteriormente, verificamos que a natureza possui papel importante nessa configuração espacial, sendo que de maneira agravante foi destruída pelo que entendemos como ramificações do capital e da apropriação privada da terra. Esse debate nos indica que a população cabocla se valia da natureza de forma a compor suas vidas e práticas cotidianas, relação que é desagregada a partir dos efeitos da chegada dos trilhos do trem, da exploração da madeira nativa e da venda das terras aos imigrantes, elementos que na atualidade denotam na territorialização da monocultura de pinus. Ao buscar contribuições acerca da temática da negação das origens por parte da população cabocla, vemos que existem poucas abordagens teóricas e pouco estudo sobre o tema, e isso se torna preocupante perante a necessidade de se verificar os motivos que levam algumas pessoas a negar suas origens e principalmente por não se sentirem pertencente ao ser caboclo/cabocla.

Um elemento que destacamos como central para a negação das origens caboclas diz respeito a construção social envolta em estereótipos, denominações depreciativas e xingamentos construídos pelo enredo oficial, taxando-os como culpados, como seres de má-índole, bandidos etc., e isso ficou marcado no tempo por ser um fato que ainda permanece, bem como também em um enredo carregado de menosprezo à população cabocla, construído a favorecer das elites. Assim, são necessárias análises que possam trazer reflexões no sentido de responder algumas indagações: qual seria o motivo dos escritos favorecerem a elite? Por qual motivo deram o papel de culpa da existência da Guerra aos caboclos/caboclas?

Por isso, é imprescindível que existam mais pessoas, principalmente, no que se refere ao papel das universidades, do ensino, pesquisa e extensão, das prefeituras municipais e da sociedade civil organizada que estejam preocupadas com os esclarecimentos em torno dos verdadeiros elementos que deram origem ao conflito, tirando a culpa colocada aos caboclos/caboclas, que foram vítimas de tamanha injustiça, seja de forma física, epistêmica e/ou discursiva.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Vagner Melo. **O Contestado nas narrativas militares: histórias e memórias sobre o movimento social, 1912-1916.** (Dissertação de Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar. A guerra do contestado como crime contra a humanidade: o direito à terra e à vida-(in) certezas sobre o mundo caboclo. In: FOETSCH, Alcimara Aparecida; GEMELLI, Diane Daniela; Buch, Helena Edilamar Ribeiro (org.) **Geografia do Contestado: 50 anos de fazer geográfico.** Curitiba: Íthala, 2016.

FRAGA, Nilson Cesar; LUDKA, Vanessa Maria. 100 anos da Guerra do Contestado, a maior guerra camponesa na América do Sul (1912/2012): uma análise dos efeitos sobre o território sul-brasileiro. In: **Anais do XII GeoCrítica.** Barcelona, Espanha: Editora da UB, v. 1. p. 1-22, 2012.

FRAGA, Nilson Cesar; GONÇALVES, Cleverson e CAVATORTA, Mateus Galvão. Contestado: o sagrado e o profano de uma Guerra Secular. **Geografia** (Londrina) v. 26. n. 1. p. 143 – 157, jan/jun, 2017.

GEMELLI, Diane Daniela; CHMURA, Márcia. Território e Tensões de Territorialidades: um debate sobre o processo de formação territorial do Contestado. In: Eduardo Nascimento (org.) **Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia 2.** Ponta Grossa: Atena, 2021.

GEMELLI, Diane Daniela. O trabalho no contestado: da racionalidade cabocla à lógica capitalista da Lumber. **Geographia Opportuno Tempore.** v. 3, p. 22-35, 2017.

GEMELLI, Diane Daniela. **“Onde planta o pinus não dá mais nada”:** degradação da natureza e do trabalho no Contestado e a necessidade da reunificação homem/mulher-natureza (terra-

trabalho). (Tese de Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

GROSS, Cristina Buratto. A invisibilização do povo caboclo de Santa Catarina: Algumas permanências da guerra do contestado. In. **Anais** do II Congresso Brasileiro da Guerra do Contestado; IV Colóquio de Geografias Territoriais Paranaenses; XXXVI Semana de Geografia da UEL, 2020.

HAESBERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. Unesp, 2006.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v. 12, n. 22, jan-jun. p. 178-186, 2011.

MACHADO, Cristina Burrato Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. **Geografia** (Londrina) v. 26. n. 1. p. 158 – 172, jan/jun, 2017.

MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; VALENTINI, Delmir José; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Em busca do patrimônio cultural (in)visível: o caboclo da região do Contestado. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu (Org.). **A multivocalidade da arqueologia pública no Brasil: comunidades, práticas e direito**. Criciúma, SC: UNESC, 2017.

MORAIS, João Felipe Alves de; GUDAS, Diego. Disputa pela memória do território contestado: um mapeamento de preservação da cultura cabocla. In: Eduardo Nascimento (org). **Rede Contestado de Educação, Ciência e Tecnologia 2**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

NETO, Agripino Souza Coelho, Dos territórios (e territorialidades) da geografia: conteúdos basilares da construção de um conceito. In. Ane Carine Meurer et al. (org). **As categorias e as geografias do século XXI**. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

RICHTER, Fábio Andreas. A Guerra do Contestado: elaborações e transformações na Memória e Patrimônio Cultural. In. **Anais XXVII Simpósio Nacional de História**. – Conhecimento histórico e diálogo social – Natal, 2013.

ROCHA, Milliann Carla Strona de Godoy. **A guerra no contestado em defesa de um modo de vida: análise da construção dos laços sociais entre os caboclos (1912-1916)**. (Dissertação de mestrado em história). Programa de pós-graduação em história da PUCRS. Porto Alegre, 2021.

RODRIGUES, Julia Ramalho; DUARTE, Afrânia Hemanuely Castanho. Construindo a história não oficial: a importância dos atores sociais para se pensar o território de Lebon Régis/SC. **Geographia Opportuno Tempore**. Universidade Estadual de Londrina. v. 5, 2019.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Do antes ao depois: a influência da Lumber Company para a deflagração do movimento sertanejo do Contestado e seu impacto na região fronteira entre Paraná e Santa Catarina. **Esboços**, 2012.

Recebido em: 03 de outubro de 2022
Aceito em: 01 de dezembro de 2022